

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIACÕES.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO PENAL.....</b>	<b>31</b>
2.1. Sociedade da informação: tecnologia, velocidade e tempo .....	36
2.2. Acesso e tratamento de dados: vigilância e(m) tempo securitário, outro possível traumatismo do nascimento ...	46
2.3. A eficiente e obscena urgência processual penal (?): O domínio da nova racionalidade.....	61
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>DA INVESTIGAÇÃO À PROVA PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS</b>	<b>79</b>
3.1. Investigação criminal: o fundamento existencial ainda existe? A necessidade de um breve resgate .....	80
3.1.1. Métodos Ocultos de Investigação: Dos preceitos básicos ao recrudescimento e(m) crítica .....	91
3.1.2. Modernas tecnologias digitais, técnicas de controle e investigação do delito.....	103
3.1.3. A permanente negligência metodológica e procedimental de Investigação e Obtenção da Prova Digital na legislação brasileira .....	114
3.2. Prova penal e(m) tecnologia científica .....	120
3.2.1. Prova Penal: Definição de categorias .....	120
3.2.2. A Prova Penal Digital: conceito e características....	135
3.2.3. Aquisição da fonte de Prova Digital .....	138
3.2.4. A preservação da cadeia de custódia digital: A necessária comprovação do dado informático como fonte de prova confiável.....	147

## CAPÍTULO 4

**MALWARE DO ESTADO: UMA (NOVA) METODOLOGIA DE INFILTRAÇÃO NAS INVESTIGAÇÕES INFORMÁTICAS..... 161**

4.1. Uso de <i>Malware</i> pelo Estado, a reserva de lei e a (a)tipicidade probatória na lei processual penal.....	166
4.1.1. Intercepção telemática efetuada mediante <i>Malware</i> (?).....	172
4.1.2. <i>Roving Bug</i> : intercepção entre presentes mediante <i>Malware</i> .....	176
4.1.3. Buscas <i>online</i> : A recolha de dados por acesso remoto .....	185
4.1.4. <i>Malware</i> e a vigilância <i>online</i> .....	193
4.1.5. Investigação por gravação de vídeo ou observação em tempo real.....	200
4.1.6. Investigação por acesso a geolocalização dos dispositivos informáticos .....	205
4.2. Direitos do indivíduo-alvo diretamente afetados pela utilização de <i>Malware</i> na investigação criminal tecnológica.....	209
4.2.1. Direito à proteção da intimidade .....	209
4.2.2. Do Direito a autodeterminação informativa ao Direito à proteção de dados. ....	217
4.2.3. Sigilo e proteção das comunicações: Direito Inviolável (?) .....	225
4.2.4. A integridade e confiabilidade do sistema informático .....	228

## CAPÍTULO 5

**CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 237****REFERÊNCIAS..... 243**